



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 2

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 2 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-303-3

DOI 10.22533/at.ed.033190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte II” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE HISTÓRIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: APONTAMENTO DA LITERATURA ESPECIALIZADA (2013-2018)	
Erita Evelin da Silva Silva Wilma de Nazaré Baía Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.0331903041	
CAPÍTULO 2	12
A FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PREPARA SEUS DISCENTES PARA SEREM BOM DOCENTES?	
Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem Arthur Ferreira da Costa Lins	
DOI 10.22533/at.ed.0331903042	
CAPÍTULO 3	24
A GESTÃO ESCOLAR CIRCUNSCRITA AO ÂMBITO DO CONSUMO DE DROGAS, SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA BAHIA: ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL NOVA DE SUSSUARANA, HOJE COM O NOME DE COLÉGIO ESTADUAL DEPUTADO HERCULANO MENEZES	
Rosana Corrêa Paim	
DOI 10.22533/at.ed.0331903043	
CAPÍTULO 4	37
A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA ABORDADA EM UMA COLEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS	
André Fellipe Queiroz Araújo Franklin Fernando Ferreira Pachêco Andreza Santana da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0331903044	
CAPÍTULO 5	49
A IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE TRABALHO, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS NA EEMTI MÁTIAS BECK – FORTALEZA/CE	
Roberta Kelly Santos Maia Pontes	
DOI 10.22533/at.ed.0331903045	
CAPÍTULO 6	60
A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, SOB O OLHAR DO SUPERVISOR DE ENSINO	
Eliani Cristina Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0331903046	
CAPÍTULO 7	70
A IMPLEMENTAÇÃO DO BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	
Rayssa dos Santos Oliveira Mesquita Monique Vieira Amorim Bandeira Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.0331903047	

CAPÍTULO 8	81
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA ESCOLAR COMO CRESCIMENTO E FORMAÇÃO DE LEITORES CRÍTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Nair Alves dos Santos Silva Rozineide Iraci Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0331903048	
CAPÍTULO 9	91
A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA E SUA ATUAÇÃO NO CONTEXTO HOSPITALAR	
Jeffrey da Silva Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.033190304	
CAPÍTULO 10	96
A IMPORTÂNCIA DE AULAS EXPERIMENTAIS NO APRENDIZADO DE QUÍMICA NO ENSINO MÉDIO	
Ana Paula Vieira de Camargos Rafael Eduardo Vansolini de Oliveira Mirian da Silva Costa Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.03319030410	
CAPÍTULO 11	100
A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA DE 0 A 3 ANOS: IMPLICAÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO CULTURAL E DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA	
Natália Navarro Garcia Marta Silene Ferreira Barros	
DOI 10.22533/at.ed.03319030411	
CAPÍTULO 12	111
A IMPORTÂNCIA DO MINICURSO SOBRE PLANTAS MEDICINAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Danielle Feijó de Moura Tamiris Alves Rocha Marllyn Marques da Silva Maurília Palmeira da Costa Maria das Graças Rodrigues da Silva Dayane de Melo Barros	
DOI 10.22533/at.ed.03319030412	
CAPÍTULO 13	116
A IMPORTÂNCIA DO TEMA ADOÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE DO PROFESSOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Vanessa Dantas Vieira Marcos Antonio Vieira da Silva Gilmara Lupion Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.03319030413	
CAPÍTULO 14	123
A IMPORTÂNCIA DOS ENCONTROS FORMATIVOS PARA A REFLEXÃO DO PROFESSOR QUE LECIONA CIÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS	
Letícia dos Santos Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.03319030414	

CAPÍTULO 15 135

A IMPORTÂNCIA EXPERIMENTAL DA DINÂMICA NEWTONIANA COMO OBJETO DE COMPREENSÃO DE FENÔMENOS NATURAIS DE NOSSO COTIDIANO

David Kelvin Galindo Gonçalves
José Celiano Cordeiro da Silva
Janduir Clécio Miranda de Carvalho
Hugo Elbeer Xavier Da Silva
Joaci Galindo

DOI 10.22533/at.ed.03319030415

CAPÍTULO 16 145

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Francismara Janaina Cordeiro de Oliveira
Jéssica Maria Rosa da Cunha
Elizabeth Regina Streisky de Farias

DOI 10.22533/at.ed.03319030416

CAPÍTULO 17 158

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO TERCEIRO E QUARTO CICLOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA LUDOVICENSE: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA PROVER A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Diná Freire Cutrim

DOI 10.22533/at.ed.03319030417

CAPÍTULO 18 164

A INFLUÊNCIA DAS IMAGENS ANIMADAS NO ENSINO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS - UM MECANISMO PARA AUXILIAR NA COGNIÇÃO DO CÉREBRO

Bruno Oliveira Sodré Lima
Rebeca César Santos Gonçalves
Toni Alex Reis Borges

DOI 10.22533/at.ed.03319030418

CAPÍTULO 19 175

A INFORMÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO DA MATEMÁTICA

Joyce Fernandes de Araújo
Cicefran Souza de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.03319030419

CAPÍTULO 20 187

A LEI 13.278/16 E A OBRIGATORIEDADE DA LINGUAGEM MUSICAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERCEPÇÕES DO PROFESSOR DE REFERÊNCIA

Vanessa Weber

DOI 10.22533/at.ed.03319030420

CAPÍTULO 21	198
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM PAUTA NAS SIGNIFICAÇÕES DE ESTUDANTES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE NOÇÕES SOCIAIS E PROCESSOS DE GENERALIZAÇÃO	
Julise Franciele de Carvalho Freire Francismara Neves de Oliveira Tania Paula Peralta Leandro Augusto dos Reis Carlos Eduardo de Souza Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.03319030421	
CAPÍTULO 22	212
A MATEMÁTICA E A ESCOLA ATUAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS	
Sarah Karolyne Vilarim Flôr da Silva Severina Andrea Dantas de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.03319030422	
CAPÍTULO 23	223
A METODOLOGIA ATIVA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Martuse Sousa Ramos Arão Alene Mara França Sanches Silva Isabela Araújo Lima Vera Maria Dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.03319030423	
CAPÍTULO 24	231
A MÚSICA COMO MÉTODO DE ENSINO EM GEOGRAFIA	
Michele Alves de Araujo Carla Milena de Moura Laurentino Rahyan de Carvalho Alves	
DOI 10.22533/at.ed.03319030424	
CAPÍTULO 25	243
A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	
Gildene do Ouro Lopes Silva Denise Andrade Moura de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.03319030425	
CAPÍTULO 26	251
A PRESENÇA DA ARGUMENTAÇÃO EXPLICATIVA E DA ARGUMENTAÇÃO JUSTIFICATIVA NOS CONTEÚDOS DE 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD/2017	
Claudiene dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.03319030426	

CAPÍTULO 27	261
A RÁDIO NA ESCOLA COMO RECURSO MIDIÁTICO DE INSERÇÃO DAS CRIANÇAS NOS PROCESSOS DE AUTORIA	
Bruna Meinheim Demis Miguel Stiller Jessica Dos Santos Müller Josiane Marcia Teixeira Jordelina Beatriz Anacleto Voos	
DOI 10.22533/at.ed.03319030427	
CAPÍTULO 28	271
A REORGANIZAÇÃO DO PENSAMENTO NO ESTUDO DAS FUNÇÕES LOGARÍTMICAS ATRAVÉS DO GEOGEBRA	
Karine Socorro Pugas da Silva Marcus Túlio de Freitas Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.03319030428	
CAPÍTULO 29	280
A SIMULAÇÃO REALÍSTICA EM PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA COMO ESTRATÉGIA EDUCACIONAL NO AMBIENTE HOSPITALAR: FORMANDO UM CUIDADO SEGURO	
Andreyana Javorski Rodrigues Maria Magaly Vidal Maia Priscyla Dayane das Chagas Lira Juliana Lemos Zaidan Elvira Santana Amorim da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.03319030429	
CAPÍTULO 30	289
A SOBREVIVÊNCIA NOS RESTOS DE ALIMENTOS: O LIXO QUE ALIMENTA	
Brenda Lorrany Rosa da Silva Martins Jarlandia Cristina Lira de Carvalho Mary Rose de Assis Moraes Couto	
DOI 10.22533/at.ed.03319030430	
CAPÍTULO 31	298
A TRANSDISCIPLINARIDADE NA POÉTICA DO MOVIMENTO PARA ALÉM DO COTIDIANO ESCOLAR	
Ericka Guimarães Telles João Ricardo Aguiar da Silveira Denise Rocha Corrêa Lannes	
DOI 10.22533/at.ed.03319030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	304

A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, SOB O OLHAR DO SUPERVISOR DE ENSINO

Eliani Cristina Moreira da Silva

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade Ciências e Letras - UNESP/
FCLAr
São José do Rio Preto – São Paulo

RESUMO: Esta pesquisa objetiva descrever e analisar a implementação da gestão democrática no sistema municipal de ensino de São José do Rio Preto/SP (SJRP), sob o olhar do supervisor de ensino. A abordagem metodológica é de base qualitativa colaborativa, pautada pela revisão bibliográfica, análise documental dos atos normativos existentes, pós período de redemocratização do país, complementado com um questionário aos supervisores de ensino, a fim de verificar a trajetória da implementação da gestão democrática nesse município. A literatura e os documentos normativos locais e nacionais configuram-se como eixo norteador para conhecer, descrever e analisar em que medida a gestão democrática foi efetivamente implementada no município, contando, para isso, com as informações advindas dos supervisores de ensino da rede municipal. A gestão democrática é referendada como uma ferramenta para gerir uma organização pautada pelo envolvimento de todos os elementos nos atos decisórios. Na perspectiva democrática, a ação supervisora surge como primordial na

constituição do sistema de ensino, por meio da função de planejamento, orientação, articulação, execução, controle e avaliação da política e da proposta educacionais, com vistas a promover um processo de ensino aprendizagem de qualidade para todos. Assim, a partir da articulação entre as informações bibliográficas, documentais e de campo faremos a descrição e a análise da implementação da gestão democrática na rede municipal de ensino, abrindo possibilidades de análises para (re) pensar a implementação da gestão democrática no sistema municipal de ensino como um caminho colaborativo na organização e gestão de sistemas de ensino pautados em princípios democratizantes.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática; Implementação; Supervisão de Ensino.

ABSTRACT: This research aims to describe and analyze the implementation of democratic management in the municipal education system of São José do Rio Preto / SP (SJRP), under the supervision of the teaching supervisor. The methodological approach is based on a qualitative collaborative basis, based on a bibliographical review, a documental analysis of the existing normative acts, a period of re-democratization in the country, complemented with a questionnaire to the teaching supervisors, in order to verify the trajectory of the implementation of democratic

management in this municipality . Literature and local and national normative documents are the guiding axis to know, describe and analyze the extent to which democratic management has been effectively implemented in the municipality, counting on the information coming from the supervisors of the municipal network. Democratic management is endorsed as a tool to manage an organization based on the involvement of all elements in decision-making. In the democratic perspective, supervisory action emerges as a fundamental element in the constitution of the education system, through the function of planning, orientation, articulation, execution, control and evaluation of educational policy and proposal, with a view to promoting a process of teaching quality learning for all. Thus, from the articulation between the bibliographical, documentary and field information, we will describe and analyze the implementation of democratic management in the municipal education network, opening possibilities for analysis to (re) think the implementation of democratic management in the municipal system of teaching as a collaborative path in the organization and management of education systems based on democratizing principles.

KEYWORDS: Democratic Management; Implementation; Supervision of Teaching.

1 | INTRODUÇÃO:

Adécada de 90 caracterizou-se por várias mudanças na estrutura e na organização do ensino, em especial, pela promulgação da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, que promoveu a implementação de uma nova política educacional, pautada pelos progressivos graus de autonomia educacional, gerando a descentralização dos sistemas escolares e a flexibilização da gestão. O Estado assumiu o papel de regulador de políticas sociais e de diretrizes emanadas pelos organismos internacionais e pelo Banco Mundial. A educação como forma de diminuir as diferenças sociais, destacando a prioridade do ensino básico, a descentralização e a flexibilização dos sistemas de ensino consolidaram-se por via da municipalização.

A municipalização trouxe uma vertente de descentralização e, por consequência, fomentou a implementação da gestão democrática como forma de flexibilizar a gestão escolar e aproximar a comunidade da escola. A gestão democrática foi aclamada em todo o país como forma de melhorar a qualidade educacional. Isso ocorreu em todo o Estado de São Paulo, tendo sido instituída em São José do Rio Preto/SP (SJRP), por meio da Lei Municipal 8.053/2000.

A lei municipal 8.053/2000 “dispõe sobre o sistema municipal de ensino e estabelece normas gerais para sua adequada implantação” (SJRP, Lei 8.053/2000, art. 1º), e traz em seu bojo, a ideia de um sistema educacional autônomo, colaborativo e articulado aos demais entes federados, além de pautado por princípios constitucionais para o estabelecimento de uma gestão democrática organizada e articulada com o Conselho Municipal de Educação e a Supervisão de Ensino própria. Lê-se no artigo 2º que o ensino será ministrado com base no princípio “da gestão democrática do

ensino na forma da lei” (SJRJ, Lei 8.053/2000). No Art. 9º, destaca-se a forma de organização do sistema de ensino no que se refere à autorização, ao credenciamento e à supervisão do sistema de ensino municipal.

Esses princípios encontram-se na Constituição Federal de 1988, conforme Artigos 205 e 206:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
(...) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
(BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Reconhece-se, portanto, o município como estrutura administrativa, abrindo a possibilidade de sua organização em sistema de ensino de forma colaborativa com a União, Estados e Distrito Federal (DF), mas ainda vinculando às legislações de esfera nacional. Determinou a cooperação técnica e financeira da União e dos Estados para apoiar os programas educacionais, e o ensino fundamental de 06 anos surge como dever do Estado, ficando os municípios com a responsabilidade de prover a educação infantil em creches e pré-escolas. Ainda ficou a cargo dos sistemas municipais de ensino a vinculação da responsabilidade do transporte de alunos e a provisão professores para atender os povoados esparsos que buscam acesso ao ensino obrigatório.

Nesse sentido, cada sistema de ensino organizou sua estrutura administrativa por meio de Departamentos, Coordenadorias, Divisões, Secretarias ou outras formas de organização, recebendo apoio técnico e financeiro dos Estados, da União e do DF, podendo adequar a realidade local às normas e procedimentos pedagógicos, para prover o processo de ensino aprendizagem de qualidade a todos.

A gestão democrática está explícita na LDB 9.394/96, como segue:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, Art. 14).

Desse modo, a LDB 9.394/96, ao encaminhar para os sistemas de ensino as normas para a gestão democrática, indica dois instrumentos fundamentais: 1) a elaboração do Projeto Pedagógico da escola, contando com a participação dos profissionais da educação; e 2) a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes. Isto é: a gestão democrática e a participação cidadã na escola.

Entende-se a gestão democrática como uma forma de gerir uma organização

pautada pelo envolvimento de todos os elementos compreendidos nos atos decisórios. Além das escolas e dos sistemas de ensino, o conceito de “gestão participativa envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico” (LUCK, 2010, p. 17).

Assim, pensar em política educacional no Brasil, a partir de padrões de qualidade educacional para todos, requer repensar o já descrito nas legislações maiores, ou seja, consolidar o acesso e a permanência dos alunos e os processos de gestão que coadunam a efetivação da democratização da sociedade e da escola em seus processos de participação, tomada de decisão e corresponsabilização.

A partir da democratização, as escolas e os sistemas de ensino promovem a redistribuição e compartilhamento das responsabilidades com o objetivo de intensificar e legitimar os objetivos educacionais estabelecidos, buscando ações adequadas para alcançar os resultados esperados para a melhoria do processo de ensino aprendizagem dos alunos.

A implantação da gestão democrática no município pode ser verificada por meio de documentos oficiais, a partir do processo de municipalização do sistema de ensino, prevendo o processo de descentralização educacional, promovido pelas reformas educacionais propostas e com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e consolidadas a partir da implementação da LDB 9.394/96, trazendo aos municípios a opção de criação de seu próprio sistema de ensino municipal em caráter colaborativo com os entes federados.

Em São José do Rio Preto/SP, a implementação da gestão democrática se deu a partir da lei municipal 8.053/2000, ou seja, a criação do sistema municipal de ensino pautado pelos princípios democráticos é recente.

A possibilidade de criar o sistema municipal de ensino próprio e as demais diretrizes educacionais de funcionamento das escolas da rede municipal de ensino com supervisão própria e todos os atos normativos que se sucederam se deu com a lei municipal 6.354/96, com a criação do Conselho Municipal de Educação, órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema de ensino.

A partir da Deliberação CME 01/98, foram fixadas normas para autorização de funcionamento e supervisão de instituições de educação infantil, no sistema de ensino do Município de São José do Rio Preto, conforme descrito abaixo:

Artigo 11 – todas as instituições de educação infantil municipais e particulares estão sujeitas à orientação e à supervisão da Secretaria Municipal de Educação, cabendo-lhe verificar a observância das condições de natureza pedagógica, administrativa e física exigidas (SJRP, Deliberação CME 01/98, p.03).

A forma como a gestão está organizada articula-se com a ação supervisora e com a política educacional implementada pelo sistema municipal de ensino, culminando na melhoria da qualidade educacional para todos, seja essa organização em nível

escolar, seja em nível de sistema de ensino:

Supervisão educacional situa, mais amplamente, no que diz respeito às questões e serviços da educação, a ação supervisora. O educacional, portanto, extrapola as atividades da escola para alcançar, em nível de sistema macro, os aspectos estruturais sistêmicos e da política de educação (FERREIRA, 2000, p. 76).

O supervisor de ensino assume papel essencial na consolidação da proposta educacional em nível escolar, como articulador do currículo, do processo de ensino aprendizagem, da avaliação, enfim, da construção coletiva do projeto político pedagógico da escola e da política educacional constituída na rede de ensino.

Nesse sentido, no sistema municipal de ensino de SJRP, o supervisor de ensino possui as atribuições profissionais que vão desde responsável pelas diretrizes educacionais, o planejamento, a orientação, a integração, a execução, o controle e avaliação da política educacional proposta pela rede municipal de ensino, passando pelo zelo das estruturas organizativas de funcionamento das unidades escolares, os processos formativos das equipes escolares com vistas a promover um processo de ensino aprendizagem de qualidade para todo.

Destaca-se a complementaridade das atribuições do Supervisor conforme descrito:

Para possibilitar a visão ampla, é preciso ver sobre; e é este o sentido de super, superior, não em termos de hierarquia, mas em termos de perspectiva, de ângulo de visão, para que o supervisor possa olhar o conjunto de elementos e seus elos articuladores (RANGEL, 2011, p. 76).

Essa complementariedade da ação supervisora ajudará no processo de compreensão de como a gestão democrática pôde ser consolidada em nível de constituição de sistema de ensino municipal.

No contínuo de estudos sobre gestão democrática no sistema de ensino municipal de SJRP sob o olhar do supervisor, é que nasceu a inquietação de aprofundar a pesquisa sobre a temática, ou seja, saber em que medida ocorreu a implementação da gestão democrática na rede municipal de ensino de São José do Rio Preto/SP sob o olhar do supervisor de ensino.

As pesquisas sobre a implementação da gestão democrática em nível de sistema de ensino sob o olhar do supervisor de ensino se faz relevante para a compreensão de políticas públicas locais com articulação em nível estadual e federal de forma colaborativa, principalmente em se tratando da área educacional, já que poderá servir para organização de constituição de outros sistemas municipais de ensino que queiram traçar o caminho da implementação da gestão democrática em sua constituição.

Dessa forma, o presente trabalho visa descrever e analisar em que medida se deu a implementação da gestão democrática na rede municipal de ensino de SJRP, buscando analisar essa implementação por meio dos documentos oficiais,

dos estudos existentes sobre o assunto e do olhar do supervisor de ensino sobre essa implementação. Nesse sentido algumas indagações aplicadas à pesquisa para delinear o caminho percorrido.

- Como se deu se é que ocorreu, a implementação da gestão democrática em São José do Rio Preto/SP?

- O que dizem as informações sobre a gestão democrática que têm os supervisores de ensino do município?

- Os dados obtidos com os supervisores de ensino conferem uma implementação efetiva da gestão democrática no município de São José do Rio Preto/SP?

2 | METODOLOGIA

Para a discussão e análise sobre em que medida ocorreu à implementação da gestão democrática no sistema municipal de ensino de São José do Rio Preto/SP, sob o olhar do supervisor de ensino, far-se-á opção pela pesquisa bibliográfica e documental.

Na pesquisa documental,

tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não obtiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual a pesquisadora vai desenvolver a sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p. 122).

A técnica de pesquisa utilizada poderá incluir a observação como procedimento de acesso aos fenômenos estudados, bem como, a documentação, em que o registro, a análise e a sistematização de dados e informações serão colocados à disposição do pesquisador para análise e exploração de documentos e fontes dos objetos pesquisado a partir de levantamento bibliográfico nos últimos anos e informações colhidas de leis, decretos e resoluções a nível municipal, em especial, as que constituem historicamente a criação do sistema municipal de ensino no período temporal escolhido para estudo.

A pesquisa traz consigo, inevitavelmente a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador (LUDKE; ANDRE, 1986, p. 3), já que a pesquisadora em questão exerce o cargo de supervisora de ensino e sua trajetória profissional foi marcada como formadora de técnicos de secretarias no Curso de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), trazendo consigo o questionamento sobre em que medida ocorreu a implementação da gestão democrática na rede municipal de ensino de São José do Rio Preto, sob o olhar do supervisor de ensino.

A partir de uma abordagem qualitativa e a fim de esclarecer o objeto de estudo, a pesquisa estará alicerçada no levantamento bibliográfico e análise documental dos

atos normativos (leis, decretos e resoluções) que permeiam a constituição histórica de criação, implementação e consolidação do sistema municipal de ensino, com enfoque exploratório e analítico dessa trajetória, marcada pelo discurso democrático.

As categorias de análises preestabelecidas para enriquecer a análise documental exploratória pautar-se-ão pelas seguintes categorias: pré-análise, exploração do material e tratamento analítico do material (BARDIN, 1977, p. 36); tal análise será articulada com a revisão bibliográfica do assunto abordado: gestão democrática, ação supervisora e sistema municipal de ensino.

De acordo com Gil (2002, p. 51), apesar de a pesquisa bibliográfica se assemelhar muito à pesquisa documental, a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes, pois enquanto a primeira se utiliza de contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão bibliográfica e o registro documental relacionado ao campo de estudo sobre gestão e política educacional a partir da análise sobre a implementação da gestão democrática na rede municipal de ensino de SJRP, sob o olhar do supervisor de ensino, proporcionará a análise, reflexão e a discussão sobre em que medida o processo democratizante se efetivou ou não, servindo de forma colaborativa a construção de política educacional pautada pelo diálogo, na participação, na autonomia e corresponsabilização são favoráveis a educação de qualidade para todos.

Nesse percurso, outros sistemas de ensino municipais poderão (re)pensar a implementação gestão democrática por meio da ação supervisora, consolidada em ações condizente com os princípios e diretrizes democráticas emanadas de leis e outros atos normativos locais articulados de forma colaborativa com o sistema nacional de educação, garantindo a singularidade, diversidade, coletividade, participação, autonomia, tomada de decisão e corresponsabilização, rumo a uma política educacional de fato democrática.

No caso específico das políticas educacionais, é importante salientar que a CF/88, a LDB 9394/96, ao incorporar a gestão democrática da educação como demanda dos movimentos sociais em seu texto, apontaram novas formas de organização e administração do sistema, tendo como objetivo primeiro a universalização do ensino a toda a população, sendo os conselhos uma estratégia privilegiada de democratização das ações do Estado e ampliação dessa participação de forma qualificada, superando a o autoritarismo em todas as suas formas.

Libâneo (2012) aponta como caminho a concepção de gestão democrática participativa como forma de combinar a ênfase nas relações humanas, nos processos

participativos de tomada de decisões com as ações efetivas para atingir os objetivos específicos da escola. Nessa perspectiva, valoriza-se o processo organizacional de planejamento, organização, direção, avaliação, a fim de viabilizar uma prática educativa como um direito de todos os cidadãos, mas também como dever de responsabilização de todos.

Portanto, a efetivação da gestão democrática deve permear o universo educacional como um ideal a ser perseguidos por todos os educadores que lutam por uma educação de qualidade para todos, mobilizando a participação coletiva nas tomadas de decisões de forma autônoma corresponsável em todos os níveis. A autonomia das instituições educativas, os espaços de participação, corresponsabilização apontam para uma gestão democrática participativa, por meio de uma de um grau conscientização política coletiva comum para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

4 | CONCLUSÕES

Este trabalho abarcou o levantamento bibliográfico e documental sobre a trajetória histórica da gestão democrática no Brasil e na rede municipal de ensino de São José do Rio Preto/SP, a do olhar do supervisor de ensino como agente orientador, implementador e consolidador da efetivação da gestão democrática para além dos documentos oficiais, a partir do período de redemocratização do país (CF/88 e LDB 9394/96).

O estudo aponta a eminente necessidade de mudança de paradigma na concepção de gestão das instituições educativas com o propósito de uma educação de qualidade para todos, destacando a efetivação da gestão democrática participativa como uma ferramenta de melhoria no processo ensino aprendizagem. No entanto, os documentos oficiais apenas demonstraram princípios democráticos como à participação por meio de votação nas decisões e que os modelos de administração aqui implantados

Os desafios da qualidade educacional passam prioritariamente pelo desafio de consolidação da gestão educacional de fato democrática participativa com uma construção coletiva do projeto educacional com vistas a melhoria do currículo, a avaliação, a metodologia de ensino, a formação profissional, as demandas sociais de formação do cidadão, os recursos financeiros, a fim de construirmos de fato uma educação pautada nos princípios republicanos.

De fato, há um longo percurso a trilhar rumo a efetivação da gestão democrática participativa, avançando onde as relações de poder central deixem de ser prioridades, e as decisões coletivas sejam construídas de forma horizontal, compartilhadas por todos os segmentos educacionais em suas reais necessidades em busca da construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de out. de 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 de out, de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ . Acesso em 22 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ . Acesso em 22 jul. 2017.

CURY, C. R. J. **Gestão Democrática dos Sistemas Públicos de Ensino**. In: OLIVEIRA, Maria A. (Org.). *Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens*. São Paulo: Editora Vozes, 2005. p. 15-21.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 200

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**, 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e pratica**. 5ª ed. rev. e ampl. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LUCK, Heloisa (et. al.). **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 7ª ed. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2010.

_____. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. vol. II. 2ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ., 1997.

MARTINS, Ângela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de. (Org.). **Estado da arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000-2008)**. Brasília: Líber livro, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. 2ª. ed. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1998.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

RANGEL. M., FREIRE W. (Org.). **Supervisão Escolar: Avanços de conceitos e processos**. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2011.

SANDER, Benno. **Gestão da Educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento**. Campinas: Editora Autores Associados, 1995.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP. Lei Municipal nº 8.053/2000- Dispõe sobre o Municipal de ensino e

estabelece normas gerais para a sua adequada implantação.

_____. Lei Municipal nº 6.364/1996- Criação do Conselho Municipal de Educação.

_____. Conselho Municipal de Educação, Deliberação CME nº 01/98-fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão das instituições de educação infantil, no sistema de ensino do município de São José do Rio Preto/SP.

_____. Lei complementar nº 330/2010-dispoe sobre a criação de cargos na estrutura administrativa do município, conforme estabelece e dá outras providencias.

_____. Decreto nº 15.961/2011- Aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de educação e Plano Nacional de Educação: significados, controvérsias e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

_____. **A Supervisão Educacional em Perspectiva Histórica: da função a profissão pela mediação da ideia**. In FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1983.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA JUNIOR, Celestino Alves da; RANGEL, Mary (Org.). **Nove olhares sobre a supervisão**. 4ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____. Organização do Trabalho na Escola Pública: **O pedagógico e o administrativo na ação supervisora**. In: COLVORA, Laurence Duarte (Coord.). Caderno de formação: formação de professores. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Univesp, 2013. p.51–65.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-303-3

